



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS/PB

Processo n.º 08009443720198150251

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação e apresentar IMPUGNAÇÃO ao cálculo apresentado no ID 52655405.**

Importante salientar que a parte autora apresentou **SALDO EQUIVOCADO**, motivo pelo qual impugna expressamente, pois NÃO HOUVE observância da data limite para fins de atualização e do pagamento já realizado. Insta salientar que, após o depósito judicial, os valores passam a ser atualizados pela Instituição Financeira, conforme preconiza a **Súmula 179, STJ**. Desta forma, o cálculo não pode ser elaborado no modo efetivado pela parte exequente, sob pena de dupla correção, pois o valor já depositado em conta é devidamente corrigido pela Instituição Financeira. **O cálculo correto (em anexo) para pagamento do saldo remanescente devido a título de honorários advocatícios se deu da seguinte forma:**

Valor da condenação atualizado nos termos da sentença até a data do primeiro pagamento realizado, a saber 24/06/2020, conforme ID 51151379. Desta forma foi obtido o valor de R\$ 1.037,56 que, somado aos R\$ 800,00 fixados em sede recursal, perfaz o montante de R\$ 1.837,56, ou seja, até a data do depósito da garantia seria devido o valor de R\$ 1.837,56, todavia, em 24/06/2020 já havia sido pago o valor de R\$ 1.154,16. Sendo assim, apurado o saldo devedor de R\$ 683,40 na data do depósito. (Valor devido R\$ 1.837,56 menos o valor já quitado R\$ 1.154,16 = R\$ 683,40. Por fim, o saldo remanescente obtido de R\$ 683,40 foi devidamente atualizado até a data do novo depósito em 11/01/2022, perfazendo o montante devido a título de honorários advocatícios de **R\$ 925,01**, conforme comprovante em anexo.

Desta forma, por óbvio, o cálculo apresentado pela exequente demonstra verdadeiro **EXCESSO**, o que ora se alega nos termos do art. 525, §1º, V, CPC. **Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora para se manifestar quanto aos argumentos e equívocos ora destacados, havendo extinção com a concordância expressa. Caso haja manutenção pelo cálculo equivocado, o que não espera, pugna pela PROCEDÊNCIA DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO, tendo em vista o flagrante excesso demonstrado e posterior extinção da execução nos termos do art. 924, II, NCPC tendo em vista o pagamento ora comunicado.** Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

PATOS, 21 de janeiro de 2022.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB